



O extrativismo de mangaba é “trabalho de mulher”? Duas situações empíricas no Nordeste e Norte do Brasil

Dalva Maria da Mota - Doutora em Sociologia. Pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental, Belém (PA). Bolsista de produtividade do CNPq.

Heribert Schmitz - Doutor em Ciências Agrárias. Professor de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFPA. Bolsista de produtividade do CNPq.

Josué Francisco da Silva Júnior - Mestre em Fruticultura Tropical. Pesquisador da Embrapa Tabuleiros Costeiros, Aracaju (SE).

Raquel Fernandes de Araújo Rodrigues - Mestre em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Sergipe. Analista da Embrapa Tabuleiros Costeiros.

Jackeline Nakata F. Alves - Graduada pela UEPA e estagiária da Embrapa Amazônia Oriental.

Resumo

Apesar dos recentes investimentos acadêmicos, o trabalho das mulheres ainda é pouco conhecido, como comprovam as insistentes iniciativas de lembrar a sua importância na vida das mesmas, para torná-las mais visíveis e valorizadas. Colabora com este pouco conhecimento o fato de que as categorias habituais de análise econômica e social, durante muito tempo, omitiram ou negaram as atividades femininas ou as associaram exclusivamente a um universo particular denominado “os trabalhos das mulheres”, marcados por um grande número de estereótipos que escamoteiam capacidades adquiridas socialmente. O objetivo do artigo é analisar a construção social da noção “trabalho de mulher” a partir da reflexão de duas situações empíricas do extrativismo da mangaba praticado, predominantemente, pelas mulheres nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. A pesquisa foi realizada no ano de 2007 nos municípios de Indiaroba/SE (Povoado Pontal) e Salvaterra/PA (Ilha de Marajó). Não obstante a distância e as particularidades sócio-culturais, existe a idéia de que o extrativismo da mangaba é “trabalho de mulher”. Quais os significados atribuídos a essa expressão em tão diferentes contextos?

Palavras-Chave

Extrativismo, trabalho de mulher, mangaba.

Abstract

Despite recent academic investments, the work of the women is not very well known yet, as the insistent initiatives of emphasizing its importance for their lives prove to be, so they become more visible and valued. This little knowledge agrees with the fact that the habitual categories of economical and social analysis, for a long time, either omitted or denied female activities, or associated them exclusively to a particular universe called “the works of the women”, marked by a large number stereotypes which escamoteiam socially acquired capacities. The aim of this article is to analyze the social construction of the notion of “work of women” from the reflection of the two empirical situations of the Extractivism of mangaba practiced, predominantly, by the women of the North and Northeast of Brazil. The research was made in 2007, in the towns of Indiaroba/SE (Village of Pontal) and in Salvaterra/PA (Marajó Island). Besides the distance and the social-cultural particularities, there is still the idea that the extractivism of mangaba is “work of women”. What are the meanings attributed to this expression in so different contexts?

Keywords

Extractivism, work of women, mangaba.

INTRODUÇÃO

São raros os estudos sobre trabalho e gênero no extrativismo, provavelmente porque há três décadas o extrativismo parecia fadado a desaparecer por causa da concorrência dos produtos sintéticos, das redes arcaicas de comercialização, da imagem negativa da atividade associada à destruição dos agroecossistemas e da tendência de tecnificação dos processos de trabalho no espaço rural (HOMMA, 1993; MOTA; SCHMITZ; SILVA JÚNIOR, 2007). Os anos passaram, e a atividade extrativista extinguiu-se em algumas áreas, conforme previsto, agoniza em outras, mas também persiste (castanha-da-amazônia, mangaba, bacuri e coco-babaçu) como uma das possibilidades de reprodução social de populações rurais que desenvolvem sistemas produtivos (caça, coleta, agricultura e pesca) com técnicas de baixo impacto ambiental (ALMEIDA, 1994; CUNHA, 1999; EMPERAIRE, 2000).

Consequentemente, o debate tem sido retomado pelo reconhecimento da importância desses sistemas para a conservação da biodiversidade num contexto de desequilíbrio ambiental, pela valorização cultural que os seus produtos têm adquirido no mundo contemporâneo, em que consumidores distantes cobijam produtos rotulados como “verdes”, e pelo reconhecimento de que os saberes acumulados por gerações de populações tradicionais tem sido um dos guias mais usados nas pesquisas científicas.

No debate sobre o extrativismo nos tempos atuais, o cotidiano de mulheres, homens e crianças catadores de mangaba (fruta nativa dos tabuleiros, restingas e cerrados, de excelente sabor e de alto valor comercial no litoral do Nordeste) foi estudado no Nordeste brasileiro segundo um olhar que privilegiou a divisão social do trabalho nos diferentes espaços (casa/campo) e atividades (coleta, pós-coleta e comercialização).

Após as primeiras observações, levantou-se a hipótese de que havia o domínio das mulheres na atividade de coleta e dos homens na comercialização, como em outros domínios da vida rural, na qual o espaço doméstico está associado às mulheres e o espaço público, aos homens. Essa divisão remete a uma outra mais geral, na qual é negado o trabalho produtivo aos homens – que são dispensados do trabalho doméstico – e atribuído o trabalho doméstico às mulheres (HIRATA; KERGOAT, 2003). Entretanto, essa aparente delimitação engessada de papéis é questionada por Cantarelli no Brasil: para o autor, mesmo havendo modelos ideais que adotam essa diferenciação de papéis, o dia a dia nem sempre permite a “[...] plena vivência idealizada da vida masculina, voltada para a produção no roçado, como unidade de produção; e a vida feminina, voltada para a vivência dos

cuidados domésticos” (CANTARELLI, 2006, p. 283). Os membros das famílias na “lida” diária definem essas diferenciações sociais. Mesmo assim, é consenso que a denominada “conciliação” (HIRATA, 2003, p. 17) entre tarefas domésticas e não domésticas intensificam-se e permanecem sob a responsabilidade das mulheres.

Considerando esse debate, partimos do pressuposto de que, na divisão social do trabalho, coexistem dominação, complementaridade e vínculos sociais entre homens, mulheres e crianças nos processos individuais e coletivos que vivenciam no dia a dia do extrativismo. Por isso, interagimos com todos esses atores na pesquisa, permitindo ao entrevistado assumir o papel de exploração e, ao entrevistador, o de facilitador (MICHELAT, 1982, p. 191).

Observações participantes, entrevistas abertas e semiestruturadas foram alguns dos procedimentos utilizados com um total de 268 catadores, dos quais 75% são mulheres e 25% são homens. A pesquisa foi realizada nos Estados de Sergipe, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, no período de 2003 a 2008, por uma equipe interinstitucional e interdisciplinar. Dada a abrangência da região de estudo, foram realizadas expedições que georreferenciaram as áreas remanescentes de mangabeiras, onde é praticado o extrativismo.

Paralelamente, diferentes modos de contatos com os que ali vivem foram realizados. Quatro estudos de caso foram realizados em Sergipe em povoados com formas de acesso aos recursos e níveis de conservação diferentes: Capuã (município de Barra dos Coqueiros), Alagamar (Pirambu), Carro Quebrado (Japoatã) e Pontal (Indiaroba).

O artigo está estruturado em três partes: além da introdução, faz-se uma reflexão sobre a divisão social do trabalho, com base na análise de diferentes atividades e de interações realizadas em seu desenvolvimento, e esboçam-se conclusões.

1 A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E O EXTRATIVISMO

Como conceber a divisão social do trabalho em grupos que, dependentes do extrativismo, manejam os recursos, predominantemente, segundo as práticas em que foram socializados há décadas ou séculos? Ali, produção e reprodução ainda se confundem e traçam os condicionantes de um cotidiano pautado pelo aprovisionamento¹.

Mas isso não ocorre apenas no extrativismo; também é próprio de uma série de modos de organização da produção e da vida social que são postos em prática no espaço rural, como as denominadas formas familiares de produção.

1 O termo “aprovisionamento” remete aqui à produção que é organizada principalmente pelas e para as famílias (SAHLINS, 1983, p. 119).

Alguns autores (CORNFIELD, 2006; GARCIA; OLIVEIRA, 2006; HIRATA, 2003; OLIVEIRA; ARIZA, 2001) demonstram nas suas análises que a família e o trabalho continuam constituindo um dos eixos fundamentais de reflexão numa ampla gama de enfoques teóricos e de investigações sobre as sociedades contemporâneas. Na mesma linha, Saraceno (1997) acrescenta que, em se tratando do espaço rural, a relação entre família, trabalho e economia é tão suficientemente explícita que dificilmente não constituiria um problema. Da mesma forma, Segalen (1999) destaca as interações entre esses dois domínios da vida social no seu tratado sobre a família. A esse debate, dedicaremos este artigo, tratando a questão pelo prisma da divisão social do trabalho.

1.1 HOMENS E MULHERES NO EXTRATIVISMO DA MANGABA

Grosso modo, os entrevistados dividem o trabalho em atividades de homens, de mulheres e de crianças organizados num todo – o que tem correspondência na literatura sobre trabalho familiar no espaço rural, muito embora, recentemente, também se aborde analiticamente o trabalho de cada membro. De acordo com os entrevistados, aos homens competiriam todas as atividades consideradas pesadas e perigosas – segundo um ponto de vista que é, na maioria das vezes, compartilhado pelas mulheres –, dentre as quais se destacam: tirar e descascar coco, pescar em alto-mar, fazer e tomar conta de roças, ir para a “maré” (manguezal e estuário, onde pescam crustáceos² e moluscos³), assalariar-se ou trabalhar como caseiros ou em fazendas. Apenas eventualmente, colhem mangaba e outras frutas nativas⁴. Às mulheres, competiria ir para a “maré” catar e pescar crustáceos, moluscos e peixe, confeccionar artesanato de palha de licuri (espécie de palmeira), catar mangaba e outras frutas nativas, além dos afazeres domésticos, dos cuidados com os filhos e da “ajuda” nas roças mantidas pelos maridos (PEREIRA, 2008; SANTOS, 2007).

Nessa divisão social de trabalho, as crianças (meninos ou meninas), em geral, acompanham as suas mães, quando não estão na escola. Está embutida nessa prática tanto a usual “ajuda” quanto o controle para que não fiquem “aprontando por aí”. À medida que crescem, no entanto, os meninos afastam-se e passam a acompanhar mais o pai. Recentemente, no entanto, constatamos muitos casos nos quais os jovens rejeitam participar do trabalho dos pais e ficam em casa assistindo à televisão, andando pela vizinhança ou realizando pequenos serviços nas áreas de turismo mais intenso. Esse tema tem sido abordado recorrentemente pelos pais entrevistados, que constataam uma ruptura do padrão tradicional de socialização

2 Siri, caranguejo, guaiamum, aratu e camarão.

3 Ostra, marisco, maçunim e sururu.

4 Araçá, cambuí, murici, entre outras.

profissional e também do comprometimento com a continuidade da atividade, já agravada pela crescente diminuição e privatização dos recursos naturais.

Em nossas observações e entrevistas, constatamos que três tipos de trabalhos de homens e de mulheres são postos em prática: trabalhos exclusivamente de homens (tirar e descascar coco e pescar em alto-mar), trabalhos exclusivamente de mulheres (artesanato, afazeres domésticos e cuidar dos filhos) e trabalhos realizados por homens e mulheres, dependendo do contexto (demais atividades). No entanto, existem permeabilidades entre os diferentes trabalhos em situações de migração ou de doença, por exemplo; nesses casos, as mulheres fazem toda sorte de trabalho. Apesar dessa classificação, interpretamos que, aos homens, caberia prover o sustento da família e às mulheres, complementá-lo, mesmo que, muitas vezes, elas aportem tanto quanto ou até mais do que eles. Essa questão é bem conhecida na literatura (MELO, 2006): códigos de conduta indicam que produção e reprodução estão associadas, respectivamente, a homens e mulheres, com valores diferenciados, conforme discutido por Hirata (2003), e com repercussões nas relações de gênero.

Considerando esse quadro, o extrativismo da mangaba é associado às mulheres⁵, que se autointitulam catadoras de mangaba (MOTA; SILVA JÚNIOR, 2003). As explicações usuais para essa associação são a sazonalidade da safra, o baixo rendimento econômico, a leveza do trabalho e a inadequação dos movimentos de levantar e abaixar para os homens. Além do mais, essas mulheres cuidam, simultaneamente, dos afazeres domésticos e do extrativismo. Grande parte das mulheres corrobora essa divisão, reconhecendo que “a pesca manda na pessoa, tem que ficar muito tempo fora de casa” e “as mangabas estão lá, perto, esperando a pessoa chegar”. Muitas delas afirmam que não fica bem para um homem ficar esperando uma safra, quando precisa de dinheiro, continuamente, para atender às necessidades da família.

Outros argumentam que apenas as mulheres têm uma espécie de atributo natural (SILVA, 1997), uma habilidade, uma delicadeza para lidar com frutas sensíveis; não concebem que certas capacidades são adquiridas socialmente pela repetição dos movimentos concernentes à coordenação motora fina, como analisado em outras situações (MOTA, 2005).

5 A exploração da mangaba no litoral do Nordeste é realizada por catadores – a maior parte constituída por mulheres (cerca de 75%). Esse percentual pode variar a depender da região: em Sergipe, Alagoas, Pernambuco e no litoral norte da Bahia, há um predomínio quase total das mulheres; na Paraíba, no Rio Grande do Norte e em parte da Bahia (Chapada Diamantina), pode-se observar uma maior participação do homem (pela crescente demanda e valorização da mangaba), embora as mulheres dominem a atividade e possuam mais experiência. Os homens catam quando estão sem trabalho.

Por todos os motivos analisados, o extrativismo parece constituir, no imaginário dos entrevistados, uma atividade secundária ou marginal no conjunto dos afazeres daquela população. Mas, se assim é, como explicar que 70% dos rendimentos familiares provenham dessa atividade, conforme constatado em levantamento detalhado realizado nos estudos de caso?

Uma das possibilidades de explicação dessa contradição (baixo valor social, mas alto valor econômico) reside na supervalorização das atividades realizadas pelos homens, em detrimento daquelas realizadas pelas mulheres. Assim, a maior importância social daquelas minimiza a importância econômica dos recursos advindos do extrativismo, por meio do trabalho das mulheres. Por outro lado, leveza e força física também se opõem, retomando-se a noção primeira de trabalho enquanto labor (ARENDETT, 2001). Nesse jogo, a noção de complementaridade entre o trabalho de homens e de mulheres para viabilizar a reprodução social do grupo familiar supera a de oposição, como observado por Segalen (1980) no seu estudo sobre homens e mulheres no mundo rural.

No universo investigado, as diferentes práticas garantem o exercício de papéis de homens e mulheres, complementarmente, garantindo a coesão social em torno da família nuclear e o aprovisionamento que se obtém de diferentes modos, segundo uma lógica de arranjos que se reconfiguram conjunturalmente (CANESQUI, 1988). Talvez por isso, a família seja tão reconhecida como espaço multivariado, que busca fornecer apoio emocional e material aos seus membros.

1.2 DA COLETA AO MERCADO: ENTRE O GRUPO E A FAMÍLIA

No extrativismo da mangaba em áreas de livre acesso⁶, dois elementos constituem a base da divisão social do trabalho que ali se põe em prática: espaço (casa e campo) e sexo (homem e mulher).

Em relação ao espaço, há os que ficam em casa ou em outras atividades e os que se deslocam. Muitas vezes, as catadoras deixam os filhos menores sob os cuidados dos filhos maiores. Entre os que se deslocam, todas preferem partir bem cedo ou de madrugada, aos primeiros raios do sol, para apanhar as mangabas “de caída” (aquelas que caem naturalmente), antes que os animais as comam, e para colher as “de vez” (aquelas em estágio intermediário entre verde e maduro), antes que outras catadoras o façam. “Outras”, aqui, significa “alheias ao grupo de deslocamento”.

⁶ Tipos de acesso: extrativismo em áreas de uso comum, em áreas privadas, meia e arrendamento.

No grupo de deslocamento, graças à intimidade nas relações familiares, de vizinhança e de camaradagem, a caminhada até as áreas que têm plantas com frutos a serem coletados é decidida e feita em conjunto. Uma avaliação preliminar indica um equilíbrio entre o número dos que se deslocam e a disponibilidade dos frutos.

Arranjos variáveis instituem-se segundo a distância e o isolamento da área, o que influi na participação, ou não, de crianças – a idade e a distância da escola são fatores levados em consideração. Na maioria dos casos, o grupo é constituído apenas por mulheres e crianças (meninos e meninas), o deslocamento é coletivo e representa uma ocasião propícia para conversas amenas, trocas de informações e narrativa de casos. É um evento eminentemente coletivo em que predomina o prazer da socialização (SIMMEL, 1983).

O grupo de deslocamento é substituído pelo grupo familiar, quando as pessoas chegam à área e o trabalho de coleta inicia. Cada família⁷ organiza-se de modo a coletar na mesma planta, garantindo, assim, que cada um se aproprie do fruto do seu trabalho e evitando apropriações indevidas na hora de recolher os frutos a serem levados para casa⁸. Além desse fracionamento, esse é o momento privilegiado da socialização para o trabalho, quando as mães ensinam, na prática, os filhos menores. Observar para diferenciar frutos verdes de maduros, retirar os frutos corretamente, reconhecê-los pela cor e pela textura, não quebrar galhos, nem arrancar folhas indevidamente são ações que fazem parte do roteiro de ensinamentos entre uma planta e outra. Muitas crianças, quando vão ao campo, sobem nas árvores, pois são menos pesadas que os adultos, e derrubam as mangabas “de vez” para que as mães catem. Outras vezes, são as mães que sobem nas árvores e as crianças apanham. Como em outras atividades familiares no espaço rural, as crianças alternam-se entre as brincadeiras e a iniciação no trabalho, não sendo delimitado o que concerne a meninos ou a meninas até a pré-adolescência.

A divisão do trabalho ali se organiza segundo a família e no interior dela, a partir da experiência compartilhada por adultos e crianças. Apesar desses modos simultâneos de trabalho e de socialização, não são raras as ocasiões em que mulheres adultas se deslocam sem seus filhos e realizam o trabalho individualmente, mas num dado território que está sendo partilhado por um grupo. Minoritariamente, constatamos o trabalho de homens na coleta, principalmente onde as áreas são distantes (RN, BA), o que representaria uma ameaça para as mulheres. Nessas

7 Conceitualmente, família é um termo polissêmico que designa tanto os indivíduos ligados pelo sangue e pela aliança, como a instituição que rege esses laços (SEGALIN, 1999, p. 20).

8 Isso porque os frutos são inicialmente derrubados e, posteriormente, apanhados. Duas famílias trabalhando na mesma árvore criaria a dúvida: que frutos nos pertencem? Que frutos pertencem ao outro?

situações, não há discriminação dos homens, que utilizam bicicletas e burros para transportar os frutos. Provavelmente, as distâncias e o imaginado perigo para as mulheres qualificam essas atividades como adequadas aos homens. Ali, eles fazem as mesmas atividades que as mulheres, mas normalmente não se fazem acompanhar por crianças, porque não faz parte do seu papel socializá-las profissionalmente nessa tarefa.

Observando os dois tipos de inserção no extrativismo, concordamos com Segalen (1999, p. 226): “Existe, pois, uma hereditariedade dos modelos de trabalho, tal como existe uma hereditariedade dos modelos de fecundidade”. Ainda quanto à coleta, há uma harmonia nas caminhadas e uma certa concorrência nas áreas. Cada um escolhe a planta ou a área na qual já costuma trabalhar, que já conhece. Cada grupo familiar vai tentar cumprir a sua tarefa o mais rápido que puder e com acesso ao maior número de frutos. Nenhum acordo é negociado, e cada família é livre para percorrer plantas que estejam disponíveis.

Quanto mais próximas as áreas extrativistas dos espaços de residência, maior a frequência de mães acompanhadas pelos seus filhos, o que leva a uma maior intensidade do repasse do saber-fazer pela oralidade e pela demonstração. Relações de amizade entre pessoas, sem crianças, podem estar associadas a campos próximos, como também a campos distantes aos quais as famílias com crianças não vão.

O processo de coleta dos frutos revelou-se, em todos os casos, um espaço privilegiado de iniciação no trabalho, particularmente para as meninas, que se socializam nos papéis das suas mães. Em muitos casos, tem sido um meio de reforço da coesão social pela intensificação do contato nos caminhos de ida e volta. Quando há escassez de frutos, esse entrosamento arrefece, e há uma exacerbação da atividade individual: as catadoras saem cedo das suas casas, acompanhadas ou não de familiares, para coletar nas melhores plantas. Recentemente, registraram-se casos em que frutos verdes foram coletados e repassados para os intermediários com prejuízos para todos, inclusive para os consumidores, que comprarão frutos não amadurecidos. Essa situação tem gerado conflitos entre as próprias catadoras.

Em outros casos, o acirramento dos conflitos gerados pela disputa das plantas provoca o esgarçar do tecido social. Um elemento central nas duas situações é a oferta do recurso.

Quando comparado ao dos homens, o comportamento das catadoras mostra-se particular, suficientemente característico, a ponto de se poder falar de uma cultura feminina (SEGALLEN, 1999) no extrativismo da mangaba. Essa cultura é observada nos temas tratados naqueles espaços. Ali discutem temas, não só relativos aos filhos, mas também aos companheiros, às questões domésticas, etc.

Não é à toa que autores observam que a identidade das mulheres no universo do trabalho não se constitui especificamente por aquela atividade. O processo inverso também se dá, e acontecimentos passados durante a atividade do extrativismo fazem parte das conversas entabuladas na residência.

Da mesma forma que a coleta dos frutos nas áreas, a atividade de pós-colheita é estritamente familiar, mas doméstica, muito embora não seja privada. Observa-se o oposto da concorrência praticada no campo. Nessa lógica, a atividade pode ser realizada na frente da casa, no quintal ou na cozinha. Sob o comando dos adultos (normalmente, a mãe), jovens e crianças fazem conjuntamente a lavagem dos frutos e o encapotamento⁹ (que, a depender da região, possui outras denominações, como empacotamento, enforamento, etc.).

Esse é um tipo de síntese das atividades de campo anteriormente realizadas, envolvendo todos aqueles que estejam presentes em casa no momento de chegada dos frutos. Uma divisão do trabalho muito sutil é posta em prática, com os adultos (normalmente as mulheres, mães) organizando as estruturas (cestos, caixas ou baldes) que serão preenchidas pelos frutos lavados, enxutos e envoltos em tecidos velhos, papel ou folhas. Da mesma forma que as mulheres estruturam a casa para acolher os seus, elas repetem esse gesto no cuidado com os frutos, entendendo que ali se encontra, simbolicamente, parte dos alimentos a serem consumidos pelos acolhidos.

Em geral, todos os membros da família presentes na residência participam da pós-coleta (em menor proporção, os homens adultos), mas de forma flexível. É nesse momento que é feito um balanço do que foi coletado e, com isso, é prevista qual a estratégia de venda dos frutos. Algumas vezes, a depender do volume ou da ausência dos demais membros da família, essa atividade é realizada individualmente. Por todos esses arranjos – não demandar força física, ser feita na sombra e poder ser interrompida a qualquer momento – é tida como uma atividade leve e, por isso mesmo, não é considerada como trabalho. Daí ser atribuída à mulher.

Em alguns casos, pequenas quantidades das frutas são destinadas a um membro específico da família, normalmente criança ou jovem, para que ele adquira um objeto (tênis, calça jeans, camisetas, etc.). Nesses casos, há uma valorização da sua participação em todas as etapas. Com isso, todo o processo, desde a ida

⁹ O processo de encapotamento consiste na lavagem do fruto, após a colheita. Em seguida, os frutos são colocados sobre um pano seco, para enxugar; logo depois são colocados em baldes revestidos com papel e cobertos também com papel ou tecido. Após três dias, os frutos têm completado o seu amadurecimento e estão prontos para serem comercializados. Apesar de todos esses cuidados, a chamada mangaba “de capota” não alcança valores tão elevados no comércio, nem é tão saborosa como a mangaba “de caída”, embora seja muito importante para a agroindústria, que a prefere à “de caída”, por ser resistente ao transporte e ao beneficiamento (SANTOS; MOTA, 2006).

ao campo até o recebimento da venda dos frutos, é vivenciado. É um modo de socialização que sintetiza todas as práticas com compensação individual, parte de uma estratégia de individualização e de preparação dos jovens para uma vida futura, fundamentada em vínculos familiares fortes.

Apesar de toda essa construção, os jovens têm sentimentos contrários a essas práticas em alguns espaços, negando-se a vivenciá-las. Isso repercute nas suas inserções ocupacionais, nas atitudes em relação ao trabalho e na tradição da atividade, havendo uma ruptura nas ocupações de pais e filhos. Trata-se de uma questão a ser investigada.

Se na coleta e na pós-coleta, o trabalho familiar é a base das atividades, inclusive com um ordenamento de atividades em que se inserem, gradativamente, os jovens, a comercialização é seletiva, dela apenas os adultos participam. É uma atividade que implica o manuseio de dinheiro e, na maioria das vezes, o contato com estranhos em espaços externos ao universo do interconhecimento. Quando realizado no próprio local de residência, implica também administrar negociações de quantidades e de preços com intermediários.

Mas a situação “meu marido me ajuda” ocorre apenas naqueles casos em que as mulheres ultrapassam o previsível na venda das frutas e agem como intermediárias, comprando das demais e realizando diferentes ações de deslocamento e contatos. Nesses casos, raros, participar da atividade na condição de ajudante não parece significar nenhum demérito, pelo fato de também estar associada à proteção da mulher no espaço externo, responsabilidade tradicionalmente atribuída aos homens.

É perceptível que atuar no espaço público encoraja os homens. Isso nos faz pensar que, inadequado para eles, é o ato em si de praticar o extrativismo da mangaba, não é a etapa posterior, na qual “ajudam” as suas esposas sem constrangimentos. A idéia de que a esfera feminina situa-se no mundo doméstico privado, da produção de valores de uso para o consumo do grupo familiar, da reprodução da espécie e dos cuidados com os mais velhos tem realidade no grupo investigado. As mulheres também predominam na venda da mangaba, seja no comércio com os denominados atravessadores, seja diretamente aos feirantes, nos mercados, nas ruas ou nas margens das estradas. Em oposição, o espaço público como atribuição masculina ainda predomina (SILVA, 1997), mas não resta dúvida de que as mulheres também almejam novos papéis, vividos, porém, apenas por uma minoria.

CONCLUSÕES

As principais conclusões mostram que o trabalho de homens e de mulheres traz recursos que se complementam para a reprodução social das suas famílias.

Nesses termos, arranjos que privilegiam a complementaridade das atividades e, conseqüentemente, dos rendimentos, são postos em prática. Opções não estritamente econômicas orientam as estratégias, como, por exemplo, o fato de os homens não se dedicarem ao extrativismo da mangaba, por ser considerado uma atividade de mulheres – que se caracteriza pela sazonalidade, por mecanismos de socialização atribuídos às mulheres e pela execução de movimentos impróprios, que poderiam pôr em questionamento até a masculinidade.

É amplamente admitido que os recursos obtidos pela venda da mangaba destinam-se ao complemento do essencial à sobrevivência da família, muito embora um levantamento quantitativo mostre o contrário. Com isso, discursos reforçam papéis construídos tradicionalmente, muito embora sejam desconstruídos pelas práticas.

Os reflexos nas hierarquias e no sistema de posições ocupadas pelos diferentes membros da família estão em questionamento, com a valorização da fruta no mercado regional, o reconhecimento da importância das mulheres na comercialização e a rejeição dos jovens à participação no extrativismo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mauro. As reservas extrativistas e o valor da biodiversidade In: ANDERSON, Anderson et al. (Org.). **O destino da floresta**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Curitiba: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais; Fundação Konrad Adenauer, 1994. 276 p.

ARENDETT, Hannah. **A condição humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

CANESQUI, Ana Maria. Antropologia e alimentação. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 107-216, 1988.

CANTARELLI, Jonhny. Construindo a vida: homens e mulheres em família e a qualidade de vida de camponeses em uma reserva ecológica. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Org.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: UFPE, 2006. p. 279-299.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Populações tradicionais e a convenção da diversidade biológica. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 13, n. 36, p.147-163, 1999.

EMPERAIRE, Laure; LESCURE, Jean-Paul. Uma abordagem ecológica comparativa. In: EMPERAIRE, Laure (Org.). **A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia Central**. São Paulo: UNESP, 2000. p. 139-148.

HIRATA, Helena. Apresentação à edição brasileira. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Org.). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. Tradução de Clevis Rapkiewicz. São Paulo: SENAC, 2003. p. 15-20.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (Org.). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. Tradução de Clevis Rapkiewicz. São Paulo: SENAC, 2003. p. 111-123.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades**. Brasília, DF: Embrapa-SPI, 1993. 202 p.

MELO, Lígia Albuquerque de. Relações de gênero na convivência com o Semi-Árido brasileiro: a água para o consumo doméstico. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (Org.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: UFPE, 2006. p. 173-191.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. In: THIOLENT, Michel (Org.). **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1982. p. 191-212.

MOTA, Dalva Maria da. **Trabalho e sociabilidade em espaços rurais**. Fortaleza: Banco do Nordeste; Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2005.

MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heribert; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco da. O extrativismo em tempos de globalização. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife. **Anais...** Recife: SBS, 2007.

MOTA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco da. Populações tradicionais e formas coletivas de gestão das áreas de ocorrência natural de mangabeira. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 22, n. 2, p. 225-233, jul./dez. 2003.

OLIVEIRA, O.; ARIZA, M. Gênero, trabalho e exclusão social. In: OLIVEIRA, M. C. (Org.). **Demografia da exclusão social** - temas e abordagens. Campinas: Editora da Unicamp, Nepo, 2001.

PEREIRA, Emanuel Oliveira. Extrativismo da mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes) no povoado Lagamar, Pirambu-SE. 2008. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

SAHLINS, Marshall D. **Sociedades tribais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.

SANTOS, Jane Velma dos. **Opapeldasmulheresnaconservação das áreas remanescentes de mangabeiras** (*Hancornia speciosa* Gomes) **em Sergipe**. 2007. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

SANTOS, Jane Velma dos; MOTA, Dalva Maria da. Uso e conservação dos remanescentes de mangabeira por populações tradicionais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: UNIFOR, 2006. 1 CD-ROM.

SARACENO, Elena. Urban-rural linkages, internal diversification and external integration: a european experience. In: Seminário Internacional Interrelación Rural-Urbano y Desarrollo Descentralizado. FAO/ONU, abril de 1997, Taxco, México.

SEGALEN, Martine. **Mari et femme dans la société paysanne**. Paris: Flammarion, 1980.

SEGALEN, Martine. **Sociologia da família**. Lisboa: Terramar, 1999.

SILVA, Lorena Holzmann. Divisão social do trabalho. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis: Vozes, Editora da Universidade, p. 64-67. 1997.

SIMMEL, Georg. Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAIS FILHO, Evaristo de (Org.). **Simmel**. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

